

AUTOAVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Carlos Gabriel de Souza Lopes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

carlos1229gabriel@gmail.com

Márcio Tarcísio Mendonça Ferreira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

marciotmf8@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de autoavaliação da escola se identifica com o objetivo de conhecer e avaliar a realidade de cada instituição escolar pública ou privada. É válido ressaltar que mesmo com a existência de outros métodos de avaliação escolar, em sua maioria, são avaliações realizadas em grande escala, como: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a Prova Brasil e o Sistema Nacional do Ensino Básico (SAEB), entretanto, são avaliadas de forma uniforme todas as escolas públicas do país, e não é feito um diagnóstico detalhado da escola.

Salientamos que, quando é falado em avaliações em larga escala, acaba até sendo feito um ranking de “melhor escola e pior escola” para os olhos do mercado, já que o neoliberalismo tem um grande poder de influência nas escolas. Tais avaliações acabam sendo uma maneira um tanto generalista, no sentido de resultado, pois, é levado em consideração apenas os resultados obtidos, em termos quantitativos, e não as habilidades individuais de cada sujeito.

Refletindo sobre essas questões, é nítida a importância da avaliação escolar interna (autoavaliação), pois, através dos resultados obtidos, em termos quali-quantitativos, a gestão da escola pode desenvolver estratégias e procedimentos internos que visem a melhoria das lacunas existentes na escola. A autoavaliação escolar não se prende apenas ao fato de solucionar problemas, mas, principalmente, de democratizar a escola, com a

participação de toda comunidade (direção, coordenação, docentes, funcionários, alunos e pais de alunos).

A autoavaliação somente faz sentido se for em prol da melhoria dos serviços que a escola presta e das relações que ela estabelece interna e externamente. Então, é necessário questionar: em que a autoavaliação contribui para uma educação crítica e cidadã? Como estratégia metodológica, adotamos uma abordagem qualitativa, baseada na análise crítica das argumentações e das considerações de cada autor a respeito da temática do trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Ao considerar a autoavaliação como peça fundamental para o desenvolvimento escolar, precisamos adentrar um pouco sobre as influências do mercado nas avaliações escolares. Segundo Brandalise (2015), às avaliações em larga escala vêm reforçar os contextos econômicos, sociais e políticos inerentes aos pressupostos do neoliberalismo. Em contrapartida, é válido ressaltar a autoavaliação da escola como condição *sine qua non* para uma escola democrática e participativa, pois, a avaliação interna vem como um meio de fugir, na medida do possível, das amarras do neoliberalismo gerencial na educação.

Para Brandalise (2007), o mercado acaba influenciando o sistema de educação pública e acarreta o desenvolvimento de um “mercado educacional”, visto que quem será o avaliador nas avaliações em larga escala acaba sendo o próprio Estado e a partir disso impõe as necessidades do mercado, então, quando olhamos mais a fundo sobre as avaliações em larga escala vemos que são raízes fortes e concretas que acabam influenciando nas instituições de ensino, uma vez que, para o mercado não importa as habilidades individuais de cada sujeito, mas o que as escolas, por meio das políticas educacionais gerenciais, podem fazer para entrar e participar do jogo da competitividade e a eficiência da gestão. Desse modo, as avaliações em larga escala acabam favorecendo a mercantilização da educação, o que contraria a perspectiva da educação emancipatória.

Nesse viés, é nítido que o processo de democratização da escola sofre as consequências das políticas gerenciais que são projetadas para atender o que está posto

pelo neoliberalismo gerencial, o que impede a efetivação da gestão democrática na escola (Brandalise, 2007).

Ao enfatizar a importância e necessidade da autoavaliação na escola, Ribero, Ribeiro & Gusmão (apud Luiz e Nascente, 2013, p. 249) acrescentam que “É importante instituir a autoavaliação na escola como um passo para um ensino de qualidade e para que, assim, ela possa dialogar com as avaliações externas”. Para os autores, o conceito de educação de qualidade, preconizado pelas avaliações externas, não pode ser reduzido meramente a uma prova de conhecimentos.

Corroborando com esse pensamento, Silva (2010) propõe que para a gestão democrática ser efetivada nas escolas, primeiramente deve ser debatido com os pais por meio de uma avaliação interna visando melhorar a qualificação da instituição e que a participação de todos é fundamental para o processo de democratização da escola. No contexto democrático não é correto a equipe gestora realizar uma escolha (ou tomada de decisão) sem levar em consideração as necessidades e visões da comunidade escolar. Quanto a isso, os autores salientam que: “Na Gestão Democrática, pretende-se a superação de tradições autoritárias e aposta-se no envolvimento de todos, o que requer transparência de ações, divisão de poder e corresponsabilização pelos erros e acertos” (Paro, 1997; Silva, 2002 apud Silva, 2010).

Diante disso, Silva (2010) disserta sobre a participação dos sujeitos nas decisões da escola com ênfase nos pais dos alunos. Ele mostra a importância de inserir a opinião dos responsáveis de cada aluno através de questionários entregues em uma reunião com a gestão da escola. O autor, ao considerar experiências realizadas em quatro escolas públicas de ensino de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental no Estado de São Paulo, faz alusão à estratégia exitosa da gestão escolar para o envolvimento dos pais no processo de autoavaliação.

A estratégia consistia no encaminhamento, aos pais, de um questionário de múltipla escolha que deveria ser respondido e devolvido à instituição escolar em prazo previamente determinado. De acordo com o autor, essa iniciativa constatou um: “crescimento na devolução dos questionários respondidos, ficando acima de 55%, sendo que, em alguns casos, notou-se percentual maior, 67%” (Silva, 2010, p. 55). Tais índices evidenciam um avanço no processo de envolvimento/participação das famílias na autoavaliação da escola, comparando-se com outros procedimentos outrora adotados.

Mesmo que essa estratégia não evidencie uma participação ativa de todo o segmento de pais ou responsáveis revela-se como uma alternativa simples e fácil de ser realizada, como uma iniciativa que poderia ser implementada em todas as escolas do país, nas quais muitos desacreditam do poder da participação e da sua escolha.

Consideramos, também, os Conselhos Escolares (CEs) como instrumento importante de envolvimento da comunidade escolar, a partir dos seus representantes, no qual todos têm espaços garantidos de voz e voto. Quanto à importância dos CEs para a democratização da educação pública, Santana e Rothen (apud Luiz e Nascente, 2013, p. 252) descrevem que: “Gestão participativa e conselho escolar são termos articulados, sem os quais as escolas não terão uma gestão democrática”.

Refletindo sobre os fatos relatados, Brandalise (2015) discute a respeito da importância da autoavaliação na escola. É através dela que se torna possível compreender a educação que deve formar cidadãos críticos e comprometidos com a democracia e a justiça social em nosso país. As avaliações em larga escala não dão conta de responder a essas demandas. Mas, a autora aposta na autoavaliação ou avaliação institucional, o que seria uma mudança de paradigma na escola. Nesse sentido, considera que: “a avaliação institucional é instrumento de autonomia, de autoconhecimento, um processo de reflexão que visa à responsabilização da escola pela sua gestão pedagógica, administrativa e comunitária” (Brandalise, 2015, p. 59).

A formação para cidadania se preocupa com desenvolvimento das habilidades individuais de cada aluno e não apenas com os resultados para formação de rankings. Cada ser humano é único e tem as suas dificuldades, seus anseios e dúvidas, logo, ser tratado como uma mercadoria acaba sendo algo extremamente maléfico do ponto de vista do cidadão crítico. Seguindo esse viés, Brandalise (2007) descreve que a avaliação da escola é muito mais que apenas medir índices, a avaliação é política.

CONCLUSÃO

Com base nas leituras realizadas, a existência das avaliações externas é fato e não podem ser desconsideradas. Reforçamos que a autoavaliação da escola funciona como um mecanismo democrático que dá a todos o direito de opinar, de votar, de mostrar as necessidades presentes na escola, então, avaliar é muito mais do que atribuir um índice. Avaliar é trazer à tona os desejos dos pais, professores e alunos, a educação não seria uma educação excludente. Avaliar internamente a escola é admitir que outros processos podem ser desenvolvidos com a participação de todos. A autoavaliação não deve ser vista como um mecanismo de controle, mas de educação para emancipação.

Estimular a participação de toda a comunidade para a participação das avaliações internas da escola é essencial para o desenvolvimento e amadurecimento da escola como instituição pública, que preza pela qualidade e cidadania.

REFERÊNCIAS

- BRANDALISE, M. Ângela T. **Auto-avaliação de escolas: processo construído coletivamente nas instituições escolares**. 2007. Tese de Doutorado.
- BRANDALISE, M. Ângela T. Avaliação institucional na escola pública: os (des) caminhos de uma política educacional. **Educar em Revista**, p. 55-74, 2015.
- LUIZ, M. C. NASCENTE, R. Maria M. (Coord.). **Gestão escolar e diversidade: por uma escola mais democrática**. São Carlos: EdUFCar, 2013.
- SILVA, Itamar M. da. Autoavaliação e gestão democrática na instituição escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 66, p. 49-64, 2010.
- * Trabalho orientado pela professora Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, arilenemaria.medeiros@gmail.com)